



Demonstrações Financeiras

Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
5. CLIENTES.....	22
6. TRIBUTOS RECUPERÁVEIS.....	22
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
8. INVESTIMENTOS.....	25
9. IMOBILIZADO.....	35
10. ARRENDAMENTOS.....	37
11. FORNECEDORES.....	40
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	40
13. PROVISÕES.....	40
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	41
15. RECEITA.....	43
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	44
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	45
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	45
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	47
20. EVENTO SUBSEQUENTE.....	52
ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	53
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhor Acionista,

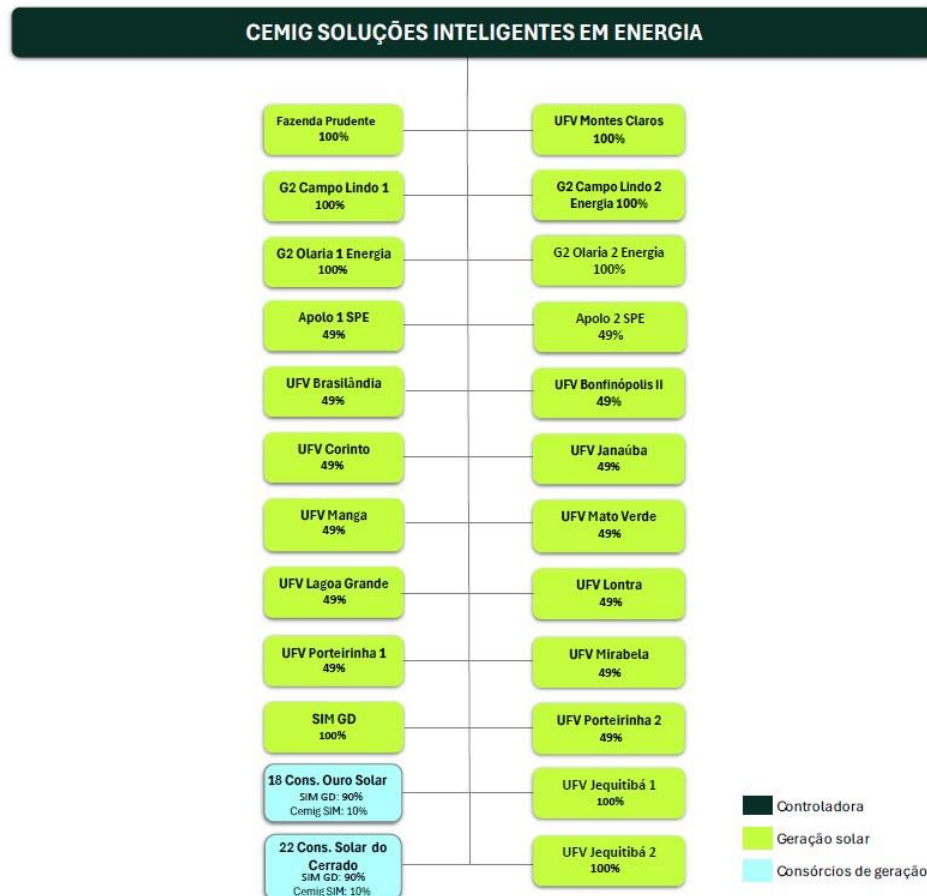
A Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim (“Companhia” ou “Cemig Sim”) submete à apreciação de V.Sa. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$657.647 mil (R\$315.257 mil em 2023), representado por 657.647.242 ações (315.257.242 ações em 2023) ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

NOSSOS NEGÓCIOS

Os investimentos constantes da Companhia reforçam a estratégia de crescimento sustentável no mercado de Geração Distribuída, com participação integral nas usinas sob sua gestão e o compromisso de criação de valor por meio de investimentos em projetos que contribuem para diversificação de seu portfólio focado em fontes de energia renováveis e melhoria da matriz elétrica do Estado de Minas Gerais.



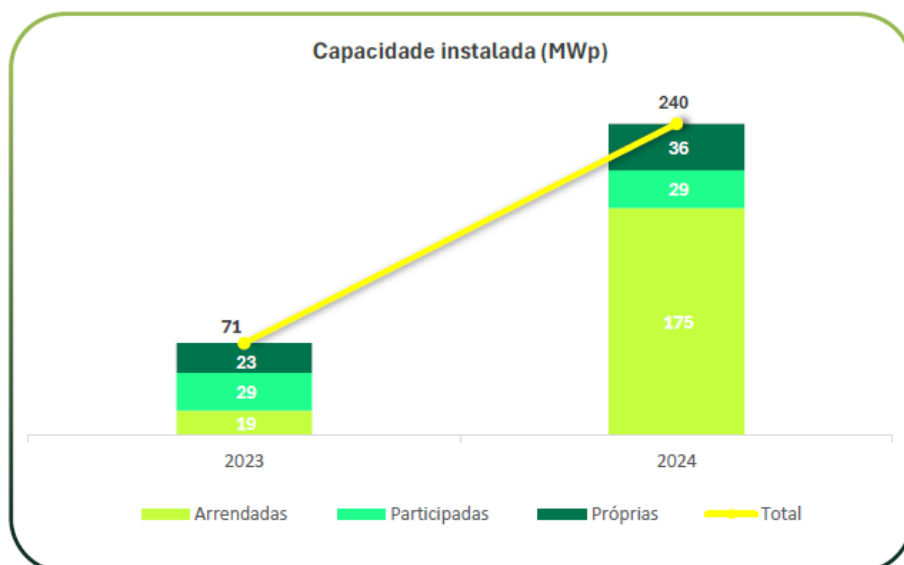
Geração distribuída (GD)

A Aneel implementou, em 2012, por meio da Resolução Normativa Aneel nº 482, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), a fim de incentivar a geração de energia renovável. Esse sistema permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração distribuída (potência instalada até 75 kW) ou minigeração distribuída (potência instalada entre 75 kW e 5 MW) seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local, e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica. Essa solução ajuda a economizar, sendo sustentável e promovendo o uso eficiente de energia.

Para atuação no mercado de Geração Distribuída, a Cemig SIM constituiu e exerce liderança na intermediação de Consórcios de Consumidores de Energia Elétrica, aos quais os usuários devem fazer adesão para que tenham os benefícios do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

Capacidade instalada

Considerando suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detém participação em 22 usinas solares, com capacidade instalada de 65 MWp. Incluindo as usinas arrendadas, a SIM alcançou 240 MWp de potência instalada no exercício (não auditado).



INVESTIMENTO NAS OPERAÇÕES

Em 2024, a Companhia investiu aproximadamente R\$342 milhões em aquisições e desenvolvimento de usinas de geração de energia solar fotovoltaica, atingindo a marca de 33 mil unidades consumidoras de energia solar por assinatura.

A empresa está buscando expandir sua capacidade instalada alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig, prospectando o desenvolvimento de novos projetos e planeja

investir, no período entre 2025 e 2026, o equivalente a R\$442 milhões no segmento de geração distribuída.

DESEMPENHO DOS NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado em 2024 de R\$28.864 mil (R\$16.211 mil em 2023). Destaca-se, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os ganhos com compra vantajosa no montante de R\$14.136 mil (R\$0 mil em 2023), registrado como Outras Receitas Operacionais, decorrente das aquisições das UFV's Sol de Jequitibá e Oasis Solar.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou débitos referentes a imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$986 mil, em relação ao resultado de R\$29.850 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2023, a Companhia apurou crédito com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$2.226 mil, em relação ao resultado de R\$13.985 mil antes dos efeitos fiscais.

As alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social foram 15% e 9%, respectivamente.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA foi positivo em R\$27.941 mil (R\$14.768 mil positivo em 2023) e o crescimento da margem do LAJIDA foi positiva em 189,20% no mesmo período (229,82% positiva no exercício de 2023), conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023	VAR.(%)
Resultado Líquido	28.864	16.211	178,05
Despesas (Créditos) com imposto de renda e contribuição social	986	(2.226)	(44,29)
Resultado Financeiro	(4.004)	(252)	1.588,89
Depreciação/Amortização	2.095	1.035	202,42
LAJIDA	27.941	14.768	189,20

(1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento de dívida.

O impacto positivo no LAJIDA está associado ao aumento da receita de *fee* das operações, decorrente do aumento do número de usinas arrendadas.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$28.864 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.443 mil para constituição de reserva legal;
- R\$6.855 mil para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e
- R\$20.566 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Cemig Sim, conforme apresentado pela Administração, será proposto que os dividendos sejam distribuídos da seguinte forma: R\$6.855 mil para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da empresa o permitir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Sim manifesta seu agradecimento ao Governador do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria e ao Conselho de Administração do acionista controlador e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - Cemig Sim
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - Cemig Sim (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - Cemig Sim em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.942	39.577
Títulos e valores mobiliários	4	6.522	-
Clientes	5	4.606	5.341
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	1.655	990
Dividendos a receber		-	482
TOTAL DO CIRCULANTE		15.725	46.390
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	2.460	-
Tributos a recuperar	6	9.974	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	9.507	10.493
Investimentos	8	358.124	253.864
Imobilizado	9	384.881	117.025
Direito de Uso	10a	46.101	42.495
Outros ativos		971	812
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		812.018	424.689
ATIVO TOTAL		827.743	471.079

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	20.723	2.609
Impostos, Taxas e Contribuições	12	3.100	2.829
Dividendos a pagar	14	6.855	3.850
Convênio de compartilhamento	18	573	-
Passivo de Arrendamento	10b	3.995	3.351
Salários e contribuições sociais		494	409
Cauções em garantia		123	1.840
Outras obrigações		12	105
TOTAL DO CIRCULANTE		35.875	14.993
NÃO CIRCULANTE			
Passivo de Arrendamento	10b	44.209	40.066
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		44.209	40.066
TOTAL DO PASSIVO		80.084	55.059
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital Social		657.647	315.257
Reserva de Lucros		55.012	29.153
Adiantamento para futuro aumento de capital		35.000	71.610
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		747.659	416.020
PASSIVO TOTAL		827.743	471.079

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA		22.929	5.697
CUSTOS			
Custo com energia elétrica	16	(3.317)	(4.096)
Custo de operação	16	(3.884)	(3.046)
		(7.201)	(7.142)
LUCRO BRUTO		15.728	(1.445)
DESPESAS E OUTRAS RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	16	(31.320)	(16.804)
Outras despesas operacionais (reversões)	16	629	102
Outras receitas operacionais	8	14.136	-
		(16.555)	(16.702)
Resultado de equivalência patrimonial	8	26.673	21.145
Ajuste a valor justo de investimentos	8	-	10.735
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		25.846	13.733
Receitas Financeiras	17	4.848	1.123
Despesas Financeiras	17	(844)	(871)
		4.004	252
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		29.850	13.985
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7	(986)	2.226
RESULTADO DO EXERCÍCIO		28.864	16.211

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	28.864	16.211
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	28.864	16.211

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	175.033	-	1.230	15.562	-	191.825
Aumento de capital	140.224	-	-	-	-	140.224
Subscrição de Ações a Capitalizar	-	71.610	-	-	-	71.610
Resultado do Exercício	-	-	-	-	16.211	16.211
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	811	-	(811)	-
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	(3.850)	(3.850)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	11.550	(11.550)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	315.257	71.610	2.041	27.112	-	416.020
Retorno de dividendos para programa de investimentos	-	-	-	3.850	-	3.850
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	305.780	-	-	-	305.780
Aumento de capital	342.390	(342.390)	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	28.864	28.864
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	1.443	-	(1.443)	-
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	(6.855)	(6.855)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	20.566	(20.566)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	657.647	35.000	3.484	51.528	-	747.659

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	28.864	16.211
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	986	(2.226)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(26.673)	(21.145)
Depreciação (Nota 9)	52	54
Amortização direito de uso (Nota 10)	2.094	1.001
Valor justo de participações societárias	-	(10.735)
Ganhos com compra vantajosa	(14.136)	-
Perdas de créditos esperadas (Nota 5)	-	3.309
Juros e variações monetárias	(4.041)	(1.028)
Juros passivo de arrendamento	3.149	3.642
	(9.705)	(10.917)
(Aumento) Redução de ativos		
Clientes	735	(8.059)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2
Tributos compensáveis	(10.673)	(140)
Dividendos recebidos	19.685	14.445
Outros	(124)	(698)
	9.623	5.550
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	18.114	1.788
Impostos, Taxas e Contribuições	271	2.147
Salários e contribuições sociais	85	(8)
Transações com Partes Relacionadas	573	-
Cauções garantia	(1.717)	(2.223)
Outros	(93)	105
	17.233	1.809
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	17.151	(3.558)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3.149)	(1.965)
Juros recebidos	3.894	1.028
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.896	(4.495)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(294.001)	(151.569)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	285.165	157.910
Aquisição de Investimentos	(82.654)	(73.296)
Imobilizado	(267.908)	(100.010)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(359.398)	(166.965)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	305.780	211.834
Arrendamentos pagos	(913)	(2.112)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	304.867	209.722
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(36.635)	38.262
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	39.577	1.315
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.942	39.577
	(36.635)	38.262

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig SIM (“Companhia” ou “Cemig SIM”), sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, foi constituída em 9 de janeiro de 2002 e está sediada em Belo Horizonte/MG.

A Cemig SIM atua de forma ampla e diversificada na área de energia, oferecendo serviços de geração distribuída, eficiência energética, armazenamento de energia e mobilidade elétrica. Entre seus principais objetivos, está a implantação, instalação, operação, manutenção e locação de empreendimentos e equipamentos de minigeração distribuídas, bem como o desenvolvimento de soluções eficientes associadas a essa área.

A Companhia também presta consultoria e assessoria técnica, oferece serviços de eficiência energética e soluções personalizadas, realiza gestão energética e de centrais de utilidades, intermediando operações de compra e venda de energia elétrica. Adicionalmente, oferece serviços de gestão de iluminação pública e desenvolve negócios inovadores envolvendo tecnologias na área de energia.

Participações societárias

A Cemig SIM possui participação societária nos seguintes empreendimentos, cujo principal objetivo é a geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.

Investimentos	Potência total (MWp) (Não auditado)	Participação societária Cemig SIM
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“UFV Janaúba”)	5,20	49%
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“UFV Corinto”)	5,28	49%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“UFV Manga”)	6,34	49%
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“UFV Bonfinópolis II”)	3,45	49%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“UFV Lagoa Grande”)	7,33	49%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“UFV Lontra”)	6,38	49%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“UFV Mato Verde”)	3,23	49%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“UFV Mirabela”)	2,59	49%
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“UFV Porteirinha I”)	3,23	49%

Investimentos	Potência total (MWp) (Não auditado)	Participação societária Cemig SIM
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II")	3,23	49%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia")	7,35	49%
Apolo 1 SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	2,75	49%
Apolo 2 SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	2,75	49%
G2 Olaria 1 Energia S.A. ("UFV Olaria I")	3,25	100%
G2 Olaria 2 Energia S.A. ("UFV Olaria II")	3,25	100%
G2 Campo Lindo 1 Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I")	3,25	100%
G2 Campo Lindo 2 Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II")	3,25	100%
UFV Prudente de Moraes Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Prudente")	6,46	100%
UFV Montes Claros Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Montes Claros")	3,20	100%
Sol de Jequitibá SPE S.A. ("UFV Jequitibá I")	6,55	100%
Oasis Solar Jequitibá SPE S.A. ("UFV Jequitibá II")	6,55	100%

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 07 de maio de 2025, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeira exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Clientes (perdas de crédito esperadas);
- Nota 7 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 8 – Investimentos (avaliação do valor recuperável do ágio);
- Nota 9 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 10 – Arrendamentos (mensuração do valor presente do passivo de arrendamento, considerando a intenção da Companhia em opções de renovação; mensuração subsequente do direito de uso);
- Nota 13 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações)

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Essas alterações não impactaram as políticas contábeis já adotadas pela Companhia.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	A Companhia não possui operações de “Risco Sacado” Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 18 (R3) – Investimentos em Coligadas, Em Controladas e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A alteração contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB suas alterações foram apenas para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2025
CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração e aguarda o posicionamento formal sobre o início da vigência.	Ainda não definido

2.8. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

2.9. Isenção relativa à apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia fazendo uso da isenção prevista no CPC 36(R3) – Demonstrações Consolidadas, optou em não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas em conjunto com suas demonstrações financeiras individuais. Neste contexto, a controladora final Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig” ou “grupo”), emitiu em 21 de março de 2025 o conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.		2024	2023
		2024	2023		
Contas Bancárias				32	66
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	-	80% a 98%	-	39.511
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	11,91% a 12,15%	-	2.910	-
TOTAL				2.942	39.577

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, (ii) a análise de sensibilidade e (iii) as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.	2024	2023
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2%a112,0%	5.107	-
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	12,41%a12,45%	1.324	-
Debêntures	TR+CDI	TR+1%a122,90%CDI	91	-
			6.522	-
Não Circulante				
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2%a112,0%	2.460	-
			2.460	-
			8.982	-

(1) Em 2023 a Companhia não aplicou em Títulos e valores mobiliários.

(2) Taxas para o exercício de 2024.

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CLIENTES

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos			Total	
		Até 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias ⁽¹⁾	2024	2023
Clientes	3.715	262	297	4.112	8.386	9.121
PCE				(3.780)	(3.780)	(3.780)
Total	3.715	262	297	332	4.606	5.341

(1) Em 26 de dezembro de 2023 foi feita a reversão no valor de R\$3.309 em função de acordo com um grande cliente, pela condução e realização de projetos do Programa de Eficiência Energética-PEE através da celebração de um Contrato de Desempenho, tendo como partes a Efficientia S.A. (atualmente Cemig SIM) e este grande cliente, além da Cemig Distribuição S.A. como interveniente-anuente.

Estimativas e julgamentos

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo preço de transação e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração e aderentes às normas de contabilidade (CPC 48). Os valores a receber provenientes do faturamento, dada a natureza diversificada dos clientes, são analisados individualmente sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para cada consumidor.

6. TRIBUTOS RECUPERÁVEIS

	2024	2023
Não circulante		
ICMS a recuperar	9.974	-
	9.974	-

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado. A classificação como não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal.

	2024	2023
Imposto de Renda	1.654	872
Contribuição Social	1	118
	1.655	990
Circulante	1.655	990
Não circulante	-	-

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda	9.264	7.715
Contribuição Social	243	2.778
TOTAL	9.507	10.493

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2024, conforme abaixo:

Ano	Realização
2025	283
2026	357
2027	1.396
2028	2.250
2029	2.355
2030	2.432
2031	434
Total	9.507

A Companhia possui ativos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos fiscais diferidos é como segue:

	Saldo em 2023	DRE	DRA	Saldo em 2024
Ativos fiscais diferidos				
Arrendamento IFRS 16	279	(480)	-	(201)
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	16.173	4.181	-	20.354
Perdas de créditos esperadas	1.285	-	-	1.285
Ganho por compra vantajosa	-	(4.806)	-	(4.806)
Ganho por valor justo em participações anteriores	(7.155)	165	-	(6.990)
Amortização menos valia	(89)	(46)	-	(135)
Total	10.493	(986)	-	9.507

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social diferido

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	29.851	13.985
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	10.149	4.755
Gratificação administradores	22	0
Amortização mais-valia	495	327
Equivalência patrimonial	(9.680)	(7.478)
Ajuste de períodos anteriores	-	169
	(9.163)	(6.981)
Imposto de renda e contribuição social – (Crédito) Despesa efetiva	986	(2.226)
Alíquota efetiva	3,30%	-15,92%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	986	(2.226)

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou a receita por tributo diferido resultante no resultado;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

8. INVESTIMENTOS

Investidas	2024	2023
Controladas em conjunto		
UFV Janaúba	4.469	4.443
UFV Corinto	9.146	8.851
UFV Manga	11.461	11.229
UFV Bonfinópolis II	6.423	6.304
UFV Lagoa Grande	14.877	14.495
UFV Lontra	17.766	17.685
UFV Mato Verde	6.390	6.169
UFV Mirabela	4.280	4.139
UFV Porteirinha I	5.250	5.058
UFV Porteirinha II	6.901	6.718
UFV Brasilândia	14.905	14.501
UFV Apolo I	5.597	5.770
UFV Apolo II	5.867	6.168
Controladas		
UFV Campo Lindo I	21.313	20.974
UFV Campo Lindo II	20.439	20.465
UFV Olaria I	20.313	20.128
UFV Olaria II	17.416	17.377
UFV Montes Claros	21.505	20.460

Investidas	2024	2023
UFV Fazenda Prudente	44.334	42.930
UFV Jequitibá I	48.396	-
UFV Jequitibá II	51.076	-
Total do investimento	358.124	253.864

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no CPC 01. Foi constatado que não há indicativos de perda no valor recuperável dos investimentos.

Aquisição de participação societária – Geração distribuída

UFV Jequitibá II

Em 8 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 100% de participação societária na Oasis Solar Jequitibá SPE Ltda (UFV Jequitibá II), após cumpridas todas as condições precedentes.

A usina fotovoltaica possui 6,25MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, e está localizada na cidade de Jequitibá, em Minas Gerais.

A Companhia aplicou o método de aquisição para contabilização da combinação de negócios, mensurando, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, de acordo com as disposições do CPC 15

O valor da aquisição foi de R\$39.782, sendo composto exclusivamente por caixa. Os efeitos contábeis estão destacados abaixo:

Desdobramento do custo de aquisição	UFV Jequitibá II
Valor do patrimônio líquido	44.755
Mais-valia dos ativos líquidos da investida	5.022
Valor justo dos ativos líquidos	49.777
Compra vantajosa ⁽¹⁾	(9.995)
Valor total da contraprestação	39.782

(1) O ganho por compra vantajosa é apresentado no grupo de Outras Receitas na Demonstração do Resultado do Exercício. A apuração de compra vantajosa justifica-se por interesse das contrapartes na obtenção de recursos financeiros para desenvolvimentos de outros projetos.

O resumo da mensuração a valor justo dos ativos e passivos adquiridos é conforme segue:

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de aquisição
Circulante	24	Circulante	322
Outros ativos circulantes	24	Outros passivos circulantes	322
		Não circulante	4.615
Não circulante	54.690	Outros passivos não circulantes	4.615
Ativo imobilizado	43.131		
Ativo intangível	6.537		
Direito de exploração	5.022		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	49.777

UFV Jequitibá I

Em 7 de agosto de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 100% de participação societária na Sol de Jequitibá SPE Ltda (UFV Jequitibá I), após cumpridas todas as condições precedentes.

A usina fotovoltaica possui 6,55MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, e está localizada na cidade de Jequitibá, em Minas Gerais.

A Companhia aplicou o método de aquisição para contabilização da combinação de negócios, mensurando, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, de acordo com as disposições do CPC 15

O valor da aquisição foi de R\$42.872, composto exclusivamente por caixa.

Os efeitos contábeis estão destacados abaixo:

Desdobramento do custo de aquisição	UFV Jequitibá I
Valor do patrimônio líquido	44.188
Mais-valia dos ativos líquidos da investida	2.825
Valor justo dos ativos líquidos	47.013
Compra vantajosa ⁽¹⁾	(4.141)
Valor total da contraprestação	42.872

(1) O ganho por compra vantajosa é apresentado no grupo de Outras Receitas na Demonstração do Resultado do Exercício. A apuração de compra vantajosa justifica-se por interesse das contrapartes na obtenção de recursos financeiros para desenvolvimentos de outros projetos.

O resumo da mensuração a valor justo dos ativos e passivos adquiridos é conforme segue:

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de aquisição
Circulante	30	Circulante	293
Outros ativos circulantes	30	Outros passivos circulantes	293
		Não circulante	5.907
Não circulante	53.183	Outros passivos não circulantes	5.907
Ativo imobilizado	44.140		
Ativo intangível	6.218		
Direito de exploração	2.825		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	47.013

A Companhia adquiriu o controle das UFVs Jequitibá I e Jequitibá II com o objetivo de consolidar sua participação de mercado e obter ganho de escala e escopo com a consolidação das operações.

A movimentação dos investimentos da Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é apresentada a seguir:

Investidas	31/12/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aportes/ Aquisições	Combinação de negócios		31/12/2024
					Compra vantajosa	Amortização ⁽¹⁾	
Controladas em conjunto							
UFV Janaúba	4.443	1.042	(1.016)	-	-	-	4.469
UFV Corinto	8.851	1.736	(1.441)	-	-	-	9.146
UFV Manga	11.229	1.953	(1.721)	-	-	-	11.461
UFV Bonfinópolis II	6.304	955	(836)	-	-	-	6.423
UFV Lagoa Grande	14.495	2.378	(1.996)	-	-	-	14.877
UFV Lontra	17.685	2.307	(2.226)	-	-	-	17.766
UFV Mato Verde	6.169	1.203	(982)	-	-	-	6.390
UFV Mirabela	4.139	762	(621)	-	-	-	4.280
UFV Porteirinha I	5.058	1.094	(902)	-	-	-	5.250
UFV Porteirinha II	6.718	1.103	(920)	-	-	-	6.901
UFV Brasilândia	14.501	2.459	(2.055)	-	-	-	14.905
UFV Apolo I	5.770	343	(516)	-	-	-	5.597
UFV Apolo II	6.168	413	(714)	-	-	-	5.867
Controladas				-	-		
UFV Campo Lindo I	20.974	964	(456)	-	-	(169)	21.313
UFV Campo Lindo II	20.465	534	(397)	-	-	(163)	20.439
UFV Olaria I	20.128	680	(350)	-	-	(145)	20.313
UFV Olaria II	17.377	377	(338)	-	-		17.416
UFV Montes Claros	20.460	1.817	(772)	-	-	-	21.505
UFV Fazenda Prudente	42.930	2.348	(944)	-	-		44.334
UFV Sol de Jequitibá	-	1.383		42.872	4.141		48.396
UFV Oasis Solar	-	1.299		39.782	9.995		51.076
Total do Investimento	253.864	27.150	(19.203)	82.654	14.136	(477)	358.124

(1) Trata-se da amortização de ajuste a valor justo de participações anteriores.

Investidas	31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aportes/ Aquisições	Combinação de negócios		31/12/2023
					Valor justo	Amortização	
Controladas em conjunto							
UFV Janaúba	3.422	1.598	(577)	-	-	-	4.443
UFV Corinto	8.441	1.385	(975)	-	-	-	8.851
UFV Manga	10.799	1.643	(1.213)	-	-	-	11.229
UFV Bonfinópolis II	6.409	403	(508)	-	-	-	6.304
UFV Lagoa Grande	14.141	2.110	(1.756)	-	-	-	14.495
UFV Lontra	17.526	2.280	(2.121)	-	-	-	17.685
UFV Mato Verde	6.123	1.070	(1.024)	-	-	-	6.169
UFV Mirabela	4.200	544	(605)	-	-	-	4.139
UFV Porteirinha I	4.739	1.022	(703)	-	-	-	5.058
UFV Porteirinha II	6.604	928	(814)	-	-	-	6.718
UFV Brasilândia	14.176	1.991	(1.666)	-	-	-	14.501
UFV Apolo I	5.490	350	(69)	-	-	-	5.770
UFV Apolo II	-	409	-	5.759	-	-	6.168
Controladas							
UFV Campo Lindo I	6.457	611	(129)	10.235	3.884	(84)	20.974
UFV Campo Lindo II	6.734	331	(294)	10.024	3.752	(82)	20.465
UFV Olaria I	6.793	324	(228)	9.974	3.337	(72)	20.128
UFV Olaria II	-	200	-	17.177	-	-	17.377
UFV Montes Claros	-	333	-	20.127	-	-	20.460
UFV Fazenda Prudente	41.562	3.613	(2.245)	-	-	-	42.930
Total do Investimento	163.615	21.145	(14.927)	73.296	10.973	(238)	253.864

O capital social e o patrimônio líquido total dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é assim constituído:

Investidas	Quantidade de ações	2024		2023	
		Capital social	Patrimônio líquido	Capital social	Patrimônio líquido
UFV Janaúba	18.509.900	6.510	9.064	6.510	9.064
UFV Corinto	18.000.000	15.900	18.060	15.900	18.060
UFV Manga	21.235.933	19.300	22.109	19.300	22.109
UFV Bonfinópolis II	13.197.187	11.800	12.955	11.800	12.955
UFV Lagoa Grande	25.471.844	23.000	25.840	23.000	25.840
UFV Lontra	29.010.219	26.500	29.794	26.500	29.794
UFV Mato Verde	11.030.391	10.200	11.531	10.200	11.531
UFV Mirabela	9.320.875	8.600	9.501	8.600	9.501
UFV Porteirinha I	12.348.392	10.700	11.898	10.700	11.898
UFV Porteirinha II	11.702.733	11.400	12.691	11.400	12.691
UFV Brasilândia	25.629.900	24.000	26.810	24.000	26.810
UFV Apolo 1	8.258.979	8.259	9.074	8.259	9.074
UFV Apolo 2	8.311.234	8.311	9.381	8.311	9.381
UFV Campo Lindo 1	13.323.845	13.324	14.030	13.324	14.030
UFV Campo Lindo 2	13.323.845	13.324	13.917	13.324	13.917
UFV Olaria 1	13.323.845	13.324	13.839	13.324	13.839
UFV Olaria 2	13.592.889	13.593	14.033	13.593	14.033
UFV Prudente	35.050.000	35.050	36.292	35.050	36.292
UFV Montes Claros	17.650.000	17.650	20.621	17.650	20.621
UFV Jequitibá I	47.513.000	47.513	45.615	-	-
UFV Jequitibá II	44.851.000	44.851	46.227	-	-

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2024, são apresentadas a seguir:

2024	UFV Janaúba	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo						
Circulante	4.426	5.878	7.320	3.910	8.048	8.048
Caixa e equivalentes de caixa	1.471	3.237	3.655	2.043	4.296	3.841
Não circulante	15.266	13.743	16.445	9.929	20.095	23.356
Total do ativo	19.692	19.621	23.765	13.839	28.143	31.404
Passivo						
Circulante	1.956	287	360	192	380	401
Empréstimos e financiamentos	1.686	-	-	-	-	-
Não circulante	8.615	672	780	451	944	710
Empréstimos e financiamentos	1.662	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	9.121	18.662	22.625	13.195	26.819	30.293
Total do passivo e patrimônio líquido	19.692	19.621	23.765	13.839	28.143	31.404
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	5.739	5.646	6.463	3.596	7.611	7.846
Custos operacionais	(1.466)	(1.419)	(1.640)	(937)	(1.647)	(1.800)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	4.273	4.227	4.823	2.659	5.964	6.046
Despesas gerais e administrativas	(53)	(62)	(61)	(227)	(71)	(91)
Receitas financeiras	151	194	231	127	271	234
Despesas financeiras	(1.569)	(136)	(179)	(189)	(185)	(205)
Resultado operacional	2.802	4.223	4.814	2.370	5.979	5.984
Imposto de renda e contribuição social	(676)	(680)	(784)	(425)	(928)	(942)
Resultado líquido do exercício	2.126	3.543	4.030	1.945	5.051	5.042
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	2.126	3.543	4.030	1.945	5.051	5.042
Resultado abrangente do exercício	2.126	3.543	4.030	1.945	5.051	5.042

2024	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	UFV Brasilândia
Ativo					
Circulante	3.206	2.572	2.765	3.820	5.025
Caixa e equivalentes de caixa	1.196	1.172	815	1.943	1.133
Não circulante	9.403	7.641	10.046	9.939	24.057
Total do ativo	12.609	10.213	12.812	13.759	29.081
Passivo					
Circulante	205	139	184	202	373
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	369	338	420	438	928
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	12.035	9.736	12.207	13.119	24.000
Total do passivo e patrimônio líquido	12.609	10.213	12.811	13.759	29.081
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	3.860	2.675	3.540	3.637	7.986
Custos operacionais	(820)	(766)	(900)	(865)	(1.810)
Lucro (prejuízo) bruto	3.038	1.909	2.640	2.772	6.176
Despesas gerais e administrativas	(64)	(80)	(70)	(70)	(78)
Receitas financeiras	38	60	62	115	110
Despesas financeiras	(76)	(75)	(86)	(86)	(191)
Resultado operacional	2.936	1.797	2.546	2.731	6.114
Imposto de renda e contribuição social	(425)	(298)	(397)	(426)	(950)
Resultado líquido do exercício	2.511	1.499	2.149	2.305	5.164
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	2.511	1.499	2.149	2.305	5.164
Resultado abrangente do exercício	2.511	1.499	2.149	2.305	5.164

2024	UFV Apolo 1	UFV Apolo 2	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2	UFV Olaria 1
Ativo					
Circulante	1.579	1.473	3.086	2.599	2.681
Caixa e equivalentes de caixa	1.455	1.445	2.858	2.372	2.473
Não circulante	8.223	8.370	12.559	12.546	12.630
Total do ativo	9.802	9.843	15.645	15.145	15.311
Passivo					
Circulante	80	89	103	98	102
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	1.002	986	864	865	905
Empréstimos e financiamentos	-	986	864	865	905
Patrimônio líquido	8.720	8.768	14.678	14.182	14.304
Total do passivo e patrimônio líquido	9.802	9.843	15.645	15.145	15.311
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	128	138	180	166	158
Custos operacionais	(46)	(44)	(63)	(131)	(63)
Lucro (prejuízo) bruto	82	94	117	35	95
Despesas gerais e administrativas	(6)	(6)	(6)	(6)	(6)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	(6)	(6)	-	-	-
Resultado operacional	70	80	111	28	88
Imposto de renda e contribuição social	(12)	(14)	(18)	(17)	(16)
Resultado líquido do exercício	58	67	93	11	72
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	58	67	93	11	72
Resultado abrangente do exercício	58	67	93	11	72

2024	UFV Olaria 2	UFV Prudente	UFV Montes Claros	UFV Sol de Jequitibá	UFV Oasis Solar
Ativo					
Circulante	2.155	6.683	2.783	1.975	3.170
Caixa e equivalentes de caixa	1.911	5.813	2.504	444	2.751
Não circulante	13.155	33.030	19.971	45.463	44.639
Total do ativo	15.310	39.173	22.754	47.439	47.809
Passivo					
Circulante	219	206	400	178	192
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	872	1.532	1.335	1.646	1.390
Empréstimos e financiamentos	872	-	-	-	-
Patrimônio líquido	14.219	37.975	21.019	45.615	46.227
Total do passivo e patrimônio líquido	15.310	39.173	22.754	47.439	47.809
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	158	5.329	3.526	2.428	4.075
Custos operacionais	(232)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	(74)	5.329	3.526	2.428	4.075
Despesas gerais e administrativas	(7)	(2.247)	(1.269)	(1.639)	(2.074)
Receitas financeiras	-	330	78	86	81
Despesas financeiras	-	(127)	(183)	(999)	(154)
Resultado operacional	(81)	3.334	2.153	(124)	1.927
Imposto de renda e contribuição social	(16)	(706)	(401)	(283)	(464)
Resultado líquido do exercício	(97)	2.628	1.752	(407)	1.463
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(97)	2.628	1.752	(407)	1.463
Resultado abrangente do exercício	(97)	2.628	1.752	(407)	1.463

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2023, são apresentadas a seguir:

2023	UFV Janaúba	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo						
Circulante	5.111	4.369	5.865	3.121	5.900	6.502
Caixa e equivalentes de caixa	909	1.574	2.080	1.200	2.118	1.970
Não circulante	17.043	15.427	18.458	10.965	22.263	25.591
Total do ativo	22.154	19.796	24.323	14.086	28.163	32.093
Passivo						
Circulante	2.288	493	754	305	582	913
Empréstimos e financiamentos	1.726	-	-	50	-	-
Não circulante	10.802	1.243	1.460	826	1.741	1.386
Empréstimos e financiamentos	9.517	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	9.064	18.060	22.109	12.955	25.840	29.794
Total do passivo e patrimônio líquido	22.154	19.796	24.323	14.086	28.163	32.093
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	-	5.538	6.570	-	7.345	8.222
Custos operacionais	4.680	(2.004)	(2.295)	(1.139)	(1.942)	(2.288)
Depreciação e amortização	(1.386)	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	4.680	3.534	4.275	(1.139)	5.403	5.934
Despesas gerais e administrativas	-	(57)	(61)	(24)	(18)	(51)
Receitas financeiras	254	118	118	22	165	250
Despesas financeiras	(818)	(127)	(177)	(545)	(175)	(157)
Resultado operacional	4.116	3.468	4.155	(1.686)	5.375	5.976
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(814)	(641)	(758)	3.217	(870)	(989)
Resultado líquido do exercício	3.302	2.827	3.397	1.531	4.505	4.987
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	3.302	2.827	3.397	1.531	4.505	4.987
Resultado abrangente do exercício	3.302	2.827	3.397	1.531	4.505	4.987

2023	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirainha I	UFV Porteirainha II	UFV Brasilândia
Ativo					
Circulante	2.158	1.853	2.860	2.800	5.686
Caixa e equivalentes de caixa	238	467	9968	959	1.855
Não circulante	10.364	8.475	11.058	10.973	26.329
Total do ativo	12.522	10.328	13.918	13.773	32.015
Passivo					
Circulante	279	208	1.248	274	3.481
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	712	619	772	808	1.724
Empréstimos e financiamentos	-	38	47	50	2.886
Patrimônio líquido	11.531	9.501	11.898	12.691	26.810
Total do passivo e patrimônio líquido	12.522	10.328	13.918	13.773	32.015
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	3.756	2.594	3.636	3.458	7.448
Custos operacionais	(1.011)	(862)	(1.125)	(1.051)	(2.318)
Lucro (prejuízo) bruto	2.745	1.732	2.511	2.407	5.130
Despesas gerais e administrativas	(42)	(69)	(66)	(50)	(27)
Receitas financeiras	22	15	15	59	163
Despesas financeiras	(79)	(330)	(67)	(82)	(186)
Resultado operacional	2.646	1.328	2.393	2.334	5.080
Imposto de renda e contribuição social	(407)	(275)	(392)	(387)	(872)
Resultado líquido do exercício	2.239	1.053	2.001	1.947	4.208
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	2.239	1.053	2.001	1.947	4.208
Resultado abrangente do exercício	2.239	1.053	2.001	1.947	4.208

2023	UFV Apolo 1	UFV Apolo 2	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2	UFV Olaria 1
Ativo					
Circulante	1.506	1.669	1.889	1.775	1.660
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	1.318	-
Não circulante	8.346	8.474	13.154	13.144	13.228
Total do ativo	9.852	10.143	15.043	14.919	14.888
Passivo					
Circulante	81	82	110	99	104
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	697	680	903	903	945
Empréstimos e financiamentos	699	680	903	903	945
Patrimônio líquido	9.074	9.381	14.030	13.917	13.839
Total do passivo e patrimônio líquido	9.852	10.143	15.043	14.919	14.888
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	1.535	1.616	2.160	1.987	1.894
Custos operacionais	(558)	(540)	(780)	(781)	(770)
Lucro (prejuízo) bruto	977	1.076	1.380	1.206	1.124
Despesas gerais e administrativas	(81)	(73)	(81)	(81)	(80)
Receitas financeiras	16	4	24	40	32
Despesas financeiras	(3)	(4)	(5)	(4)	(3)
Resultado operacional	909	1.003	1.318	1.161	1.073
Imposto de renda e contribuição social	(160)	(164)	(235)	(221)	(207)
Resultado líquido do exercício	749	839	1.083	940	866
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	749	839	1.083	940	866
Resultado abrangente do exercício	749	839	1.083	940	866

2023	UFV Olaria 2	UFV Prudente	UFV Montes Claros
Ativo			
Circulante	1.292	3.560	993
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.053	992
Não circulante	13.741	34.408	24.448
Total do ativo	15.033	37.968	25.441
Passivo			
Circulante	82	238	404
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Não circulante	918	1.438	4.416
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Patrimônio líquido	14.033	36.292	20.621
Total do passivo e patrimônio líquido	15.033	37.968	25.441
Demonstração do resultado			
Receita líquida de vendas	1.719	6.807	1.376
Custos operacionais	(738)	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	981	6.807	1.376
Despesas gerais e administrativas	(75)	(1.940)	(601)
Receitas financeiras	2	-	-
Despesas financeiras	(10)	(230)	(9)
Resultado operacional	898	4.637	766
Imposto de renda e contribuição social	(178)	(745)	(138)
Resultado líquido do exercício	720	3.892	628
Resultado abrangente do exercício			
Resultado líquido do exercício	720	3.892	628
Resultado abrangente do exercício	720	3.892	628

Política contábil

Investimentos em participação societária

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo negócio independentemente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um processo substantivo que, juntamente a uma entrada de recursos, contribui significativamente para a capacidade de gerar recursos.

A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que poderá resultar no reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mais-valia, menos-valia ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício na data da aquisição.

A mais-valia e a menos-valia representam a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e o valor contábil das participações societárias adquiridas. O goodwill e a compra vantajosa representam a diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores.

Estimativas e julgamentos

Investimentos em participação societária

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando incorridas, são reconhecidas no resultado, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil. O método da

equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia.

Combinação de negócios

Os custos gerados pela aquisição dos ativos são alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o *goodwill*, a mais-valia e a menos-valia são mensurados pelo custo, deduzidos de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o *goodwill*, a mais-valia e a menos-valia adquiridos em combinação de negócios são, a partir da data de aquisição, alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

9. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		645	(512)	133
Máquinas e equipamentos	16,07	539	(406)	133
Móveis e utensílios	-	106	(106)	0
				0
Em curso		384.748	-	384.748
Máquinas e equipamentos		50	-	50
Usinas em construção		384.698	-	384.698
Total		385.393	(512)	384.881

	Taxa média anual de depreciação (%)	2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		645	(460)	185
Máquinas e equipamentos	15,67	539	(354)	185
Móveis e utensílios	5,84	106	(106)	-
Em curso		116.840	-	116.840
Máquinas e equipamentos		50	-	50
Usinas em construção		116.790	-	116.790
Total		117.485	(460)	117.025

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear por taxas que refletem a vida útil dos bens.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições	Baixas e Alienações	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Serviço	645	-	-	-	645	-	(512)	133
Máquinas e Equipamentos	539	-	-	-	540	-	(406)	133
Móveis Utensílios	106	-	-	-	105	-	(106)	-
Em Curso	116.840	267.908	-	-	384.748	267.908	-	384.748
Máquinas e Equipamentos	50	-	-	-	50	-	-	50
Usinas em construção	116.790	267.908	-	-	384.698	267.908	-	384.698
Total	117.485	267.908	-	-	385.393	267.908	(512)	384.881

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação/amortização Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	645	-	-	-	645	-	(460)	185
Máquinas e equipamentos	540	-	-	-	540	-	(354)	185
Móveis e utensílios	105	-	-	-	105	-	(106)	-
Em curso	16.830	100.010	-	-	116.840	110.010	-	116.840
Máquinas e Equipamentos	50	-	-	-	50	-	-	50
Usinas em construção	16.780	100.010	-	-	116.790	110.010	-	116.790
Total	17.475	100.010	-	-	117.485	110.010	(460)	117.025

(1) Substancialmente referem-se aos projetos em construção Ouro Solar, Bloco Azul e Solar do Cerrado.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo de operação das usinas.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo

período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

10. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.
- Arrendamentos de terrenos para implantação e operação de usinas de geração fotovoltaica.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada ⁽¹⁾	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2023		
Até 7anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58
Contratos celebrados em 2024		
Até 5 anos	6,78	0,55
De 6 a 11 anos	6,68	0,54
De 12 a 21 anos	6,73	0,54

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizada.

a) Movimentação do direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.318	326	17.644
Adição	23.234	-	23.234
Amortização	(927)	(74)	(1.001)
Remensuração	2.600	18	2.618
Saldos em 31 de dezembro de 2023	42.225	271	42.496
Amortização	(1.911)	(183)	(2.094)
Adição	986	770	1.756
Remensuração	3.932	11	3.943
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.232	869	46.101

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da

Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.000
Adição	23.234
Juros incorridos	3.642
Arrendamentos pagos	(2.112)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1.965)
Remensuração	2.618
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.417
Adição	1.756
Juros incorridos	3.149
Arrendamentos pagos	(913)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3.149)
Remensuração	3.944
Saldos em 31 de dezembro de 2024	48.204
Passivo circulante	3.995
Passivo não circulante	44.209

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 19.

Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso.

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento, os quais incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para o período de arrendamento, é considerada a intenção da Companhia em opções de renovação.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa incremental é estimada a partir das taxas de captação corporativa, representando a taxa de juros que a Companhia pagaria ao obter empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, dos recursos necessários para adquirir o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

11.FORNECEDORES

	2024	2023
Materiais e Serviços	20.558	2.609
Outros	165	-
TOTAL	20.723	2.609

Os materiais e serviços se tratam, principalmente, da mão de obra e dos materiais utilizados na implantação dos projetos Ouro Branco, Bloco Azul e Solar do Cerrado.

12.IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
INSS	2.103	524
ISSQN	857	285
Retenção Fonte Trio Pis/Cofins/CSLL	-	1.888
Outros	140	132
	3.100	2.829
TOTAL	3.100	2.829

13.PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$3.052 (R\$139 em 31 de dezembro de 2023) referente às ações de natureza trabalhista, em que discute sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais.
- R\$28 referente ao pagamento de prestação de serviços para a Companhia, para a construção de usina fotovoltaica, na cidade de Patrocínio, em Minas Gerais.

Adicionalmente, em 31 dezembro de 2024 não houve processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da Companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma

vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$657.647 (R\$315.257 em 31 de dezembro de 2023), representado por 657.647.242 ações (315.257.242 em 31 de dezembro de 2023) ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2024 a Cemig realizou adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$305.780, com a finalidade de realização de investimentos. Desse valor e dos adiantamentos realizados em exercícios anteriores, foram integralizados R\$342.390 com emissão de 342.900.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação.

b) Reservas de lucros

A composição das contas de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2024	2023
Reserva legal	3.484	2.041
Retenção de lucros	51.528	27.112
	55.012	29.153

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$1.443 de reserva legal em 2024 (R\$811 em 2023), correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Dividendos

Em novembro de 2023, houve alteração do estatuto social da Companhia com a nova determinação do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios que passou a ser considerado o mínimo de 25,0% (50,0% até 2022) do lucro líquido do exercício.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	28.864	16.211
Reserva legal constituída	(1.443)	(811)
	27.421	15.400
Dividendos propostos		
Dividendos obrigatórios (25%)	6.855	3.850
Reserva de retenção de lucros	20.566	11.550
Total dos dividendos	27.421	15.400

Destinação do resultado de 2024 – Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$28.864, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.443 para constituição de reserva legal;
- R\$6.855 para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e
- R\$20.566 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Cemig Sim, conforme apresentado pela Administração, será proposto que os dividendos sejam distribuídos da seguinte forma: R\$6.855 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da empresa o permitir.

c) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.850
Dividendos obrigatórios não distribuídos ref. 2023	(3.850)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	6.855
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.855

15.RECEITA

	2024	2023
Faturamento Bruto de Serviços	26.050	6.437
Receita de eficiência energética em geração distribuída	2.992	3.063
Receita de Fees das operações ⁽¹⁾	23.058	2.266
Receita de consultoria e assistência técnica	-	861
Receita de Pesquisa e Desenvolvimento	-	134
Receita com treinamentos	-	113
Deduções à receita (a)	(3.121)	(740)
	22.929	5.697

(1) – O aumento da Receita de Fees das operações está relacionado com a entrada de novas usinas arrendadas no portfólio de Geração Distribuída da Companhia.

a) Deduções à receita

	2024	2023
Tributos sobre a Receita		
ISSQN	711	106
COFINS	1.980	145
PIS-PASEP	430	489
	3.121	740

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de intermediação são contratos de gestão nos quais, para determinar o montante a ser reconhecido referente à receita de serviços de gestão auferida, a Companhia apura o valor conforme determinado nos contratos firmados junto aos clientes. O valor a ser reconhecido é calculado por meio de relatórios de volumes de geração de energia, compensação de créditos e da tarifação da distribuidora. Dessa forma, as receitas de intermediação são mensuradas com base em percentual estabelecido em contrato.

As receitas de eficiência energética são provenientes de contratos de consultoria e assessoria em engenharia e soluções energéticas, vinculados a serviços especializados do Programa de Eficiência Energética – PEE.

O reconhecimento da receita ocorre após concluídas todas as etapas de gestão, incluindo de gestão de clientes, créditos de energia, apuração do consumo, faturamento e arrecadação da contribuição dos consorciados.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2024	2023
Encargos de distribuição ⁽¹⁾	3.317	4.096
	3.317	4.096

(1) Encargos de uso da rede básica de distribuição referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução

Custos de operação

	2024	2023
Pessoal (a)	3.622	2.279
Arrendamentos e Aluguéis	262	767
	3.884	3.046

Despesas

A composição das despesas da Companhia é conforme segue:

	2024	2023
Pessoal (a)	10.231	7.550
Materiais	243	158
Serviços de Terceiros (b)	18.292	10.961
Depreciação	2.095	1.035
Tributos	453	409
Provisões (Reversões) Operacionais	6	(3.309)
Outras despesas operacionais	(629)	(102)
	30.691	16.702

a) Pessoal

	2024	2023
Remuneração	9.286	6.558
Encargos	2.908	2.141
Previdência privada	960	645
Outros benefícios	699	485
	13.853	9.829

b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Frete e passagens	397	14
Hospedagem e Alimentação	169	41
Consultoria	1.055	520
Tecnologia da Informação	7.199	4.154
Mão de obra contratada temporária	7.976	5.604
Outros	1.496	744
	18.292	10.961

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	4.088	1.139
PASEP e COFINS incidente s/Rec.Financ.	(236)	(55)
Variações Monetárias	137	31
Outras receitas financeiras	859	8
	4.848	1.123
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(557)	(447)
Outras despesas financeiras	(287)	(424)
	(844)	(871)
Resultado Financeiro	4.004	252

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros das aplicações é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com passivo de arrendamento e são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)								
Cemig Distribuição	-	-	-	184	-	-	(3.847)	(5.423)

Os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) são contratos firmados pelos contratantes com as distribuidoras os quais estabelecem os termos e condições para o uso do sistema de distribuição pelos contratantes, incluindo a prestação de serviços pelas distribuidoras, bem como, conforme o caso, as condições para a Conexão à Rede de Distribuição e para o fornecimento de energia elétrica.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	-	395	-	-	-	-	(44)
Cemig Geração Camargos S.A.	431	812	-	-	479	191	-	-
Central Eólica Volta do Rio S.A.	642	-	-	-	-	642	-	-
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	-	-	260	-	-	-
Companhia de Transmissão								
Centroeste de Minas S.A.	-	-	-	-	112	-	-	-

A Companhia possui um contrato de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
UFV Porteirinha 1	-	482	-	-	-	-	-	-
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	6.855	3.850	-	-	-	-

A tabela acima indica a posição passiva da Companhia com a Controladora em relação à Dividendos e em relação à posição ativa de saldos de dividendos a receber das investidas.

Em relação à posição passiva, a Diretoria Executiva, aprovou a declaração de dividendos no total de R\$3.850. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos dividendos estão presentes na nota explicativa nº 14.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.910	-	-	-	195	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.522	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	2.460	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo para empresas do Grupo Cemig, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	573	457	-	-	(688)	(613)
Não circulante								
Arrendamento operacional	6.359	5.221	6.303	5.169	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	5.320	4.153
Participação nos resultados	1.339	937
Previdência privada	393	229
Planos de saúde e odontológico	64	79
Seguro de vida	28	-
Total (1)	7.144	5.398

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores	2	4.606	4.606	5.341	5.341
Títulos e Valores Mobiliários	2	2.551	2.551	-	-
		7.157	7.157	5.341	5.341
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.910	2.910	39.511	39.511
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	5.107	5.107	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.324	1.324	-	-
		9.341	9.341	39.511	39.511
		16.498	16.498	44.852	44.852
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(20.723)	(20.723)	(2.609)	(2.609)
Passivo de Arrendamento	2	(48.204)	(48.204)	(43.417)	(43.417)
		(68.927)	(68.927)	(46.026)	(46.026)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, considerando as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa.

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de flutuações no câmbio, nas taxas de juros e inflação, no valor de seus ativos e passivos financeiros, evidenciando qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido. Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, sendo considerados conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações Financeiras.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado considerando o câmbio e as taxas de juros prováveis para 31 de dezembro de 2025, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.
- **Cenários adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando o câmbio e as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2024	2023
Ativos		
Equivalentes de caixa - Aplicações (Nota 3)	2.942	39.511
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	8.982	-
Ativo exposto	11.924	39.511

Risco de elevação da inflação

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação, sendo seu passivo de arrendamento atrelado ao IPCA.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	2024	2023
Passivos		
Passivo de arrendamento (Nota 3)	48.204	43.417
Passivo exposto	48.204	43.417

Análise de sensibilidade

Em função de ter um passivo indexado à variação de um indicador de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação deste indicador, representada no cenário adverso.

Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, o IPCA será de 5,01% em 31 de dezembro de 2025, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Consolidado	31/12/2024	31/12/2025	
	Cenário base: Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,01%	Cenário adverso IPCA 6,70%
Passivos			
Passivo de arrendamento	48.204	50.619	51.434
Passivo líquido exposto	48.204	50.619	51.434
Efeito líquido da variação da inflação no resultado		2.415	3.230

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui provisão para Perdas de créditos esperadas (PCE).

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações *overnight* remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Fornecedores	20.723	-	-	-	-	20.723
Passivo de arrendamento	355	710	3.193	16.690	70.548	91.496
TOTAL	21.078	710	3.193	16.690	70.548	112.219

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com clientes; e
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.
- Valores a receber de partes relacionadas;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

20. EVENTO SUBSEQUENTE

Entre janeiro e abril de 2025, a Cemig, controladora, realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no montante de R\$112 milhões. O aporte possui a finalidade de compor os recursos necessários para expansão do negócio de Geração Distribuída, em cumprimento ao Planejamento Estratégico da Companhia.

Pablo Rios
Diretor-Presidente, em exercício

Marley de Souza Lemos
Diretor de Operações

Rubens Soalheiro de Oliveira Matos
Diretor Comercial

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

ORÇAMENTO DE CAPITAL

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 2025

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 2025, a proposta de Orçamento de Capital consolidado para o ciclo de 2025-2026, estimado em R\$542 milhões de reais.

O valor previsto para orçamento de capital será atendido por recursos aportados pela Holding além dos recursos da operação da própria Companhia, incluindo o valor de R\$20,6 milhões referentes à Retenção de Lucros do exercício de 2024.

Investimentos planejados para o ciclo 2025-2026 – R\$ MM	2025	2026
Aquisições de UFVs	-	-
Desenvolvimento de fazendas solares	396,5	140,4
Infraestrutura	5,1	-
Investimento Total	401,6	140,4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - CEMIG SIM, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias:

I- Examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer dos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

II- Examinaram a proposta da Diretoria para destinar o Lucro Líquido do exercício de 2024, no montante de R\$28.864 mil, a ser destinado da seguinte forma: (i) R\$1.443 mil para constituição de reserva legal, conforme legislação vigente; (ii) R\$6.855 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e, (iii) R\$20.566 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Cemig SIM, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$6.855 mil para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$20.566 mil mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Cemig SIM. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer dos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2025.

Carlos Alexandre Gonçalves da Silva, Conselheiro

Carlos Sergio de Oliveira, Conselheiro

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro